

# ESGRA e AVALER: Nesta altura, “é um erro inaceitável” duplicar um imposto sobre a gestão de resíduos

18 de Setembro, 2020

A ESGRA – Associação para a Gestão de Resíduos e a AVALER – Associação de Entidades de Valorização Energética de Resíduos Sólidos Urbanos contestam, em comunicado, o aumento para o dobro da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) para a deposição em aterro, anunciada, esta quinta-feira, em Conselho de Ministros: “É uma medida ineficaz e extemporânea” que vem penalizar os municípios e, em última instância, as famílias”, reclamam as associações.

De acordo com a ESGRA e AVALER, o aumento da TGR (de 11 para 22 euros por tonelada) terá um “efeito marginal no aumento de reciclagem”, mas terá um “efeito muito significativo nos custos impostos aos Municípios e famílias”, pelo que, “esquecer as especificidades da organização do nosso sistema é um erro”. O momento difícil que a sociedade hoje vive é motivo para estas associações declararem que os municípios constituem a “primeira linha de apoio às famílias”, estando mesmo sujeitos a “solicitações fortíssimas por parte das populações para os quais os seus recursos são sempre escassos”. Assim, nesta altura, “duplicar um imposto sobre a gestão de resíduos, que recairá integralmente sobre os municípios e as famílias” é para estas associações um “erro inaceitável”.

Acresce que, em cenário de pandemia, e por razões de segurança (que integram as disposições oficiais definidas pela Direção Geral de Saúde), os SGRU (Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos) viram-se “forçados a aumentar a deposição em aterro”, uma “situação excepcional” mas que tem custos acrescidos para a sua operação”, alertam as associações.

Por outro lado, segundo a ESGRA e a AVALER, “não se entende a lógica de dois pesos e duas medidas quando o Governo tem posto em prática todo um enquadramento de exceção para atenuar os efeitos económicos e financeiros da crise nas empresas e na população”, como por exemplo, o “adiamento da proibição de utilização das embalagens plásticas descartáveis”, prática “contrária e nefasta para o cumprimento das metas ambientais do país”.

## ***ESGRA e AVALER: Porque é que a medida é ineficaz?***

Numa visão simples, o aumento da TGR torna a “deposição de resíduos em aterro mais cara” e, em termos relativos, “favorece outras opções de tratamento de resíduos, como sejam a valorização material”, dizem as associações. Sendo verdade que esse mecanismo é utilizado com “sucesso em muitos países europeus para combater o envio de resíduos para aterro”, as associações lembram que “esse mecanismo só é eficaz quando o detentor dos resíduos (os municípios) têm ao seu dispor várias opções de tratamento e, portanto, pode escolher”.

Em muitos países da Europa, segundo a ESGRA e a AVALER, onde há elevadas TGR,

os municípios fazem “concursos públicos para o tratamento dos seus resíduos e, nesse caso, a TGR elevada é eficaz para favorecer outras formas de tratamento de resíduos ou a exportação de resíduos para países vizinhos” onde há “capacidade disponível de valorização energética de resíduos”.

Mas, “não é esse o sistema disponível em Portugal”, contestam, dando conta que “no nosso país, os municípios são simultaneamente clientes e acionistas dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU)” e “estão legalmente obrigados a mandarem para o seu SGRU os resíduos de que são detentores”. Os SGRU, naturalmente, “tratam os resíduos de acordo com o que o seu modelo técnico permite”, declaram.

Para ambas as associações, o facto de a reciclagem ser maior ou menor, depende de muitos fatores como o “comportamento dos cidadãos, modelos técnicos errados impostos pelos Planos Nacionais, etc., e não de “escolhas” do SGRU e muito menos do município”.

No comunicado, a ESGRA e a AVALER recordam os vários apelos que já fizeram para a necessidade de se repensar a TGR: “Não só o valor, mas também o seu mecanismo, para que esta taxa se torne um instrumento realmente eficaz de política de gestão de resíduos” tendo em conta a “organização do sistema de gestão de resíduos urbanos em Portugal. Mas, “infelizmente, o caminho escolhido parece ter sido o aumento da taxa, configurando, na prática, um simples aumento para o dobro do imposto sobre gestão de resíduos”, dizem.

### ***Porque é que a medida é extemporânea?***

Para as associações, duplicar, nesta altura, um imposto sobre a gestão de resíduos, que recairá integralmente sobre os municípios e as famílias é assim um “erro inaceitável”, decisão sobre a qual “nem se sabe se a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses foi devidamente ouvida”.

Por outro lado, no setor da gestão de resíduos os desafios são igualmente enormes: “O setor está face ao desafio de se reestruturar, de modo a dar cumprimento às metas europeias que são exigentíssimas. Esta reestruturação vai exigir elevadas disponibilidades financeiras”, declaram.

Segundo a ESGRA e a AVALER, o setor está a mobilizar-se para a “recolha” e “valorização de biorresíduos”, que é um “desafio essencial para aumentar a valorização de resíduos e proteger os solos nacionais”, mas é um processo com “custos reconhecidamente elevados para os SGRU”. Além disso, de acordo com as associações, “os municípios têm em curso inúmeros projetos de “*pay as you throw*” importantes mas “inquestionavelmente exigentes financeiramente”, entre outros...

Face a esta “fortíssima tendência” para aumento dos custos de gestão de resíduos no futuro próximo, num setor já “significativamente descapitalizado por decisões erradas de política no passado recente”, a ESGRA e a AVALER dizem “não compreender” que, simultaneamente, se “aumente para o dobro a fiscalidade que impende sobre o sistema”.